

**CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL CRESS 11 REGIAO PR**  
**CONCORRÊNCIA Nº 90000/2026**

**Processo Administrativo nº 90000**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL CRESS 11 REGIAO PR**, CNPJ 75.188.490/0001-09, por meio do(a) Compras, Contratos e Licitações, sediado(a) , 154, Edifício Banco Nacional do Comércio, Centro , na cidade de Curitiba , CEP 80.010-913, realizará licitação, na modalidade **Concorrência**, na forma Eletrônica, o critério de julgamento será o de **TÉCNICA E PREÇO**, considerando-se a natureza técnica e predominantemente intelectual do objeto, voltado à prestação de serviços de assessoria e consultoria em comunicação institucional, nos termos do art. 36 da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital

O julgamento das propostas observará obrigatoriamente os critérios técnicos e de preço definidos neste Edital e em seus Anexos, especialmente no Termo de Referência (Anexo I) e no Quadro da Proposta Técnica (Anexo V), com atribuição de pesos distintos para a avaliação técnica e para a proposta de preço.

Data da Sessão Pública: 29/04/2026

Hora Inicial : 13:00

## **1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a **prestação de serviços contínuos de consultoria e assessoria em comunicação institucional**, com dedicação técnica mensal, compreendendo atividades de planejamento estratégico de comunicação, assessoria de imprensa, produção, revisão e publicação de conteúdos institucionais, gestão e acompanhamento de mídias sociais e canais digitais, apoio às ações institucionais de comunicação e elaboração de relatórios mensais de desempenho e resultados, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

**1.2.** Os serviços possuem natureza **técnica e predominantemente intelectual**, sendo voltados ao apoio à comunicação institucional do CRESS/PR. A adoção do critério de julgamento “técnica e preço” fundamenta-se na natureza predominantemente intelectual do objeto, nos termos do art. 36 da Lei nº 14.133/2021, considerando que a qualidade técnica da equipe, a metodologia de execução e a experiência comprovada são elementos essenciais para a adequada prestação dos serviços de comunicação institucional.

**1.3.** Não integram o objeto desta contratação atividades típicas de agência de publicidade, tais como criação publicitária para fins comerciais, planejamento de mídia, compra ou intermediação de espaços publicitários junto a veículos de comunicação ou remuneração por bônus de veiculação (BV) razão pela qual **não se aplica o regime jurídico da Lei nº 12.232/2010**, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

**1.4.** O serviço será prestado pelo período inicial de **12 (doze) meses**, de forma contínua, com pagamento mensal condicionado à efetiva prestação dos serviços e à aprovação dos relatórios pela Administração, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos, **podendo o contrato ser prorrogado sucessivamente, a critério da Administração, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.**

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.2.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006, e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**2.7.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.7.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. sociedades cooperativas;

2.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.5 e 2.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.5 e 2.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



4.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação das propostas, a qual ocorrerá somente após o julgamento técnico e a aplicação dos pesos da proposta técnica e da proposta de preço.

4.10. Os licitantes deverão apresentar **duas propostas distintas** (em campo específico indicado pelo sistema, conforme orientações da sessão pública):

I – Proposta Técnica, conforme critérios definidos no Anexo V – Quadro da Proposta Técnica;

II – Proposta de Preço, conforme disposto neste Edital.

4.11. A Proposta Técnica deverá ser apresentada **exclusivamente por meio de arquivo eletrônico**, anexado no sistema **Compras.gov**, no campo destinado ao envio de documentos da proposta, em formato **PDF**, observado o limite de tamanho estabelecido pelo sistema.

4.12. A Proposta Técnica deverá conter todas as informações, documentos e comprovações exigidas no **Termo de Referência** e no **Quadro da Proposta Técnica (Anexo V)**, sendo vedada a apresentação de informações genéricas ou em desacordo com os critérios ali definidos.

4.13. Não será admitido o envio da Proposta Técnica por **e-mail, link externo**, mídia física ou qualquer meio diverso do sistema Compras.gov.

4.14. A Proposta Técnica apresentada não poderá ser alterada, complementada ou substituída após o encerramento do prazo de envio das propostas, ressalvadas as hipóteses de diligência previstas na Lei nº 14.133/2021.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** A **Proposta Técnica** deverá ser apresentada conforme os critérios objetivos, itens avaliáveis e metodologia de pontuação definidos no **Anexo V – Quadro da Proposta Técnica**, sendo condição para a classificação do licitante o atendimento integral às exigências ali estabelecidas.

**5.1.1.** O licitante deverá encaminhar sua proposta por meio do sistema eletrônico, mediante o preenchimento dos campos indicados e o envio dos documentos exigidos no edital.

**5.1.2.** A **Proposta de Preço** deverá conter o valor mensal do serviço, expresso em moeda corrente nacional (Real – R\$), conforme descrição abaixo:

Sequência	Item/Grupo	Periodicidade
1	Prestação de serviços contínuos de consultoria e assessoria em comunicação institucional, com dedicação técnica mensal, compreendendo planejamento estratégico de comunicação, assessoria de imprensa, produção, revisão e publicação de conteúdos institucionais, acompanhamento e gestão de mídias sociais e elaboração de relatórios mensais de desempenho e resultados, conforme especificações constantes no Termo de Referência.	Mensal

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados na proposta apresentada serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. A licitação será realizada em modo de disputa fechado, não sendo admitida a apresentação de lances.

6.3. Os licitantes deverão apresentar, no prazo estabelecido, duas propostas distintas:

I – Proposta Técnica;

II – Proposta de Preço, em valor global fechado.

6.4. Encerrado o prazo de envio das propostas, a Comissão de Contratação procederá à avaliação das Propostas Técnicas, conforme os critérios definidos no Termo de Referência e no Quadro da Proposta Técnica.

6.5. Após o julgamento técnico, será efetuado o cálculo da nota final mediante a aplicação dos pesos atribuídos à Proposta Técnica e à Proposta de Preço, resultando na classificação final das propostas.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrado o prazo de apresentação das propostas, a Comissão de Contratação procederá à avaliação das Propostas Técnicas apresentadas, conforme critérios objetivos e metodologia definidos no Termo de Referência e no Quadro da Proposta Técnica (Anexo V), para fins de julgamento pelo critério de **técnica e preço**.

7.1.1. A avaliação técnica será realizada pela Comissão, com registro das pontuações e das respectivas fundamentações em ata específica.

7.1.2. Concluída a avaliação técnica, será efetuado o cálculo da nota final de cada licitante, mediante aplicação dos pesos atribuídos à Proposta Técnica e à Proposta de Preço, conforme definido no Termo de Referência.



7.1.3. A classificação final observará a ordem decrescente da nota final obtida, independentemente da pontuação obtida isoladamente na proposta de preço.

7.1.4. O Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.4.1 SICAF

7.1.4.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, valores significativamente inferiores ao orçamento estimado poderão caracterizar indício de inexecuibilidade, nos termos da legislação vigente e mediante análise do Agente de Contratação.

7.8. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem

dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Agente de Contratação/Comissão, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021. A aceitabilidade da proposta vencedora considerará o atendimento aos requisitos técnicos e econômicos, bem como a compatibilidade do preço com a pontuação técnica obtida.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.



8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação/Comissão, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, **em até 2 (duas) horas**, prorrogável mediante decisão motivada do Agente de Contratação, para:

8.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 1 (um) dia útil, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.7. A habilitação do licitante classificado em primeiro lugar observará a ordem definida pela nota final obtida no julgamento por técnica e preço.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação encaminhada ao endereço eletrônico [licitacao@cresspr.org.br](mailto:licitacao@cresspr.org.br).

10.11. O prazo recursal terá início após a divulgação simultânea das notas técnicas, das notas de preço e da classificação final.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [administrativo@cresspr.org.br](mailto:administrativo@cresspr.org.br)

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.



13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [compras.gov](http://compras.gov.br)

13.11. Integram o julgamento das propostas, para todos os fins, o Termo de Referência e o Quadro da Proposta Técnica, vinculando a Administração e os licitantes quanto aos critérios de técnica e preço.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - PESQUISA DE PREÇOS

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

ANEXO V - QUADRO DA PROPOSTA TÉCNICA

ANEXO VI - CRITÉRIO DE JULGAMENTO – TÉCNICA E PREÇO

ANEXO VII - DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Tipo de contratação:** Serviços contínuos

**Modalidade:** Concorrência

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de **serviços de assessoria e consultoria em comunicação institucional**.

**Unidade demandante:** Conselho Regional de Serviço Social da 11ª Região – CRESS/PR

### 1. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Conselho Regional de Serviço Social da 11ª Região – CRESS/PR necessita contratar empresa especializada na prestação de **serviços de comunicação institucional, assessoria de imprensa e gestão de canais institucionais de comunicação**, com o objetivo de fortalecer a comunicação institucional, ampliar a transparência das ações do Conselho e garantir a adequada divulgação das atividades relacionadas ao exercício profissional do Serviço Social.

A contratação visa:

- garantir a continuidade das ações de comunicação desenvolvidas pela Comissão de Comunicação (CCOM);
- assegurar padrão técnico, visual e editorial nas publicações institucionais e transmissões realizadas pelo Conselho;
- aprimorar o relacionamento institucional com veículos de imprensa, profissionais da comunicação e públicos de interesse;
- qualificar a gestão dos canais digitais institucionais;
- cumprir as diretrizes da Política de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS.

Os serviços possuem **natureza predominantemente intelectual e caráter técnico especializado**, relacionados às atividades de comunicação institucional, relações com a imprensa e produção de conteúdo informativo.

Considerando a complexidade técnica das atividades e a necessidade de continuidade na execução dos serviços, mostra-se **mais eficiente e economicamente vantajosa a contratação de empresa especializada**, em comparação à execução exclusiva por equipe própria.

### 2. OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de **serviços de comunicação institucional e assessoria de imprensa** ao CRESS/PR, compreendendo:

- assessoria de imprensa e relacionamento com veículos de comunicação;
- gestão e atualização de mídias digitais institucionais;
- produção de conteúdos institucionais em formatos textual, gráfico, fotográfico e audiovisual;
- transmissões institucionais on-line de atividades e eventos;
- apoio técnico às ações institucionais de comunicação do Conselho.

Os serviços objeto desta contratação possuem **natureza de comunicação institucional**, nos termos das atividades de relações com a imprensa e relações públicas, **não compreendendo serviços de publicidade e propaganda, tampouco intermediação ou compra de mídia, veiculação de publicidade paga ou execução de campanhas publicitárias**, não se aplicando, portanto, o regime jurídico da Lei nº 12.232/2010.

O detalhamento das atividades encontra-se no **Anexo – Especificação Técnica do Objeto**, elaborado a partir do documento interno “Especificação do Objeto” do CRESS/PR.

### 3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços compreendem atividades técnicas de comunicação institucional, incluindo, entre outras:

- planejamento e execução das ações de comunicação institucional do Conselho;
- cobertura jornalística e fotográfica de eventos institucionais;
- produção e distribuição de conteúdos informativos à imprensa;
- monitoramento e clipagem de notícias relacionadas à atuação institucional;
- gestão e atualização de mídias digitais e canais institucionais do Conselho;
- edição de vídeos institucionais e realização de transmissões on-line de eventos;
- apoio técnico em situações de gestão de comunicação institucional e orientação estratégica de imagem institucional.

### 4. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se, com a contratação:

- comunicação institucional integrada e contínua das ações do CRESS/PR;
- ampliação do alcance e engajamento dos canais digitais institucionais;
- divulgação qualificada das pautas institucionais e profissionais da categoria;
- produção regular e padronizada de conteúdos institucionais;
- fortalecimento da imagem institucional do Conselho perante seus públicos de interesse.

### 5. PRAZO DE EXECUÇÃO

O contrato terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, podendo ser **prorrogado sucessivamente**, observado o interesse da Administração, a vantajosidade econômica e a adequada execução contratual, **até o limite máximo de 10 (dez) anos**, nos termos do **art. 107 da Lei nº 14.133/2021**.

A execução dos serviços será **mensal e contínua**, mediante a entrega dos relatórios e produtos definidos pela **CCOM**, como condição para o pagamento.

### 6. REGIME DE EXECUÇÃO

Serviços prestados de forma **contínua, por resultado**, com **pagamento mensal** proporcional aos serviços efetivamente executados e validados.

### 7. LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Os serviços serão prestados de forma **presencial e remota**, conforme a natureza das atividades e as necessidades institucionais do CRESS/PR, com acompanhamento técnico da Comissão de Comunicação (CCOM).

As reuniões, atendimentos e atividades presenciais ocorrerão **preferencialmente na sede do CRESS/PR**, em Curitiba/PR, sem prejuízo da participação da CONTRATADA em **eventos, atividades institucionais e ações externas** previstas no objeto da contratação.

Registra-se que a demanda por deslocamentos fora da sede do CRESS/PR **não é contínua**, variando conforme o calendário institucional e a realização de eventos, razão pela qual tais custos **não integram o valor fixo do contrato**, sendo pagos apenas se e quando efetivamente demandados, mediante **prévia solicitação e autorização**.

7.1. Os serviços objeto da contratação serão executados **preponderantemente de forma remota**, admitindo-se atendimento presencial **sempre que necessário à adequada execução do objeto**,

especialmente para apoio a eventos, atividades institucionais, reuniões técnicas, alinhamentos estratégicos e demandas que requeiram presença física, não se caracterizando obrigação de presença contínua nem dedicação exclusiva de profissionais.

7.2. O atendimento presencial ocorrerá mediante **solicitação e autorização prévia do CRESS/PR**, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, de forma compatível com o planejamento institucional.

7.3. O atendimento presencial poderá ser solicitado, dentre outras hipóteses devidamente justificadas, para:

- a) cobertura, acompanhamento e apoio a eventos institucionais promovidos ou apoiados pelo CRESS/PR;
- b) participação em reuniões, atividades estratégicas, ações institucionais e alinhamentos técnicos presenciais;
- c) execução de atividades que, por sua natureza, demandem presença física para garantir a qualidade e efetividade dos serviços.

7.4. Considera-se atendimento presencial aquele realizado **fora da sede do CRESS/PR**, localizada no município de Curitiba/PR, sendo as atividades realizadas na sede consideradas parte regular da execução contratual.

7.5. Os deslocamentos fora da sede do CRESS/PR, quando previamente autorizados, poderão ensejar **ressarcimento de despesas**, desde que comprovadamente realizados a serviço da Administração, **não integrando o valor fixo mensal do contrato**, observados os critérios e limites definidos neste Termo de Referência.

7.6. O ressarcimento de despesas de deslocamento, quando devido, estará condicionado à apresentação de documentação comprobatória idônea e observará os parâmetros definidos pelo CRESS/PR, vedado qualquer pagamento antecipado ou desvinculado da efetiva prestação do serviço.

7.7. Não há garantia de quantitativo mínimo de atendimentos presenciais ou deslocamentos externos durante a vigência contratual, considerando-se que tais demandas estão condicionadas ao calendário institucional e às necessidades do CRESS/PR.

7.8. O dimensionamento do objeto e da estimativa de preços considerou a realização de atividades presenciais **associadas ao apoio institucional, a eventos e a ações estratégicas**, sem caráter contínuo, razão pela qual tais atividades não configuram o núcleo permanente da prestação dos serviços.

7.9. A realização de atendimento presencial ou deslocamento fora da sede não altera a natureza do contrato, não implica dedicação exclusiva de profissionais nem gera direito à revisão automática do valor contratual, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e os princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- Executar todos os serviços previstos com qualidade técnica e observância à Política de Comunicação do Conjunto CRESS/CRESS;
- Cumprir prazos acordados e apresentar relatórios mensais de atividades;
- Manter sigilo sobre informações institucionais;
- Disponibilizar equipe qualificada e supervisionada por responsável técnico em Comunicação Social.

## **9. OBRIGAÇÕES DO CRESS/PR**

- Acompanhar, fiscalizar e validar os serviços prestados;
- Fornecer informações e documentos necessários;
- Efetuar os pagamentos conforme cronograma e aprovação dos relatórios.

## 10. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será **mensal**, mediante apresentação de nota fiscal e relatório de atividades aprovado pela CCOM.

O prazo para pagamento será de **até 10 (dez) dias úteis** após aprovação do serviço.

## 11. VALOR ESTIMADO

Com base na pesquisa de preços realizada, o valor médio apurado é de **R\$ 84.163,67**.

## 12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

### 12.1. Do Julgamento por Técnica e Preço

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **TÉCNICA E PREÇO**, nos termos do art. 36 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza técnica, intelectual e estratégica do objeto.

A avaliação técnica não se restringe à mera verificação documental de atestados de capacidade técnica, compreendendo análise estruturada de critérios objetivos previamente definidos, incluindo:

I – experiência específica da empresa em serviços de comunicação institucional;

II – qualificação e experiência da equipe técnica indicada;

III – metodologia de execução das atividades;

IV – estrutura operacional disponível para atendimento das demandas;

V – indicadores de acompanhamento e mensuração de resultados.

A avaliação técnica observará exclusivamente critérios objetivos e mensuráveis, vedada qualquer forma de julgamento subjetivo.

### 12.2. Ponderação

O julgamento das propostas observará a seguinte ponderação:

- **Proposta Técnica:** 60% (sessenta por cento)
- **Proposta de Preço:** 40% (quarenta por cento)

**Pontuação total máxima:** 100 (cem) pontos.

### 12.3. Avaliação da Proposta Técnica (60 pontos)

A Proposta Técnica será avaliada com base nos critérios e pontuações constantes do **ANEXO IV – Quadro da Proposta Técnica**, observando-se:



- Pontuação técnica máxima bruta: **100 pontos**
- Conversão proporcional para o peso máximo de **60 pontos**

#### **12.4. Avaliação da Proposta de Preço (40 pontos)**

A pontuação da proposta de preço será obtida mediante a seguinte fórmula:

$$\text{Nota do Preço} = (\text{Menor Preço} / \text{Preço da Proposta}) \times 40$$

#### **12.5. Da Classificação Final**

A nota final de cada licitante corresponderá à soma da pontuação obtida na proposta técnica e na proposta de preço, sendo declarada vencedora a licitante que obtiver a **maior pontuação final**.

#### **12.6. Da Sessão Pública**

- **Data:** 29 de abril de 2026
- **Horário:** 13h00
- **Local:** Portal Compras.gov.br

#### **13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A fiscalização ficará a cargo da **Comissão de Comunicação (CCOM)**, designada pela Presidência do CRESS/PR, que verificará a conformidade dos serviços e autorizará os pagamentos.

#### **14. PENALIDADES**

O descumprimento contratual sujeitará a contratada às penalidades previstas nos arts. 156 a 168 da Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa, suspensão temporária e declaração de inidoneidade. As multas poderão variar entre **0,5% a 30%** do valor contratual, conforme a gravidade da infração.

#### **15. VIGÊNCIA E REAJUSTE**

Vigência de **12 meses** a partir da assinatura.

O valor poderá ser reajustado após 12 meses, com base no **IPCA/IBGE** ou índice equivalente, conforme legislação vigente.

#### **16. ANÁLISE DE RISCOS**

Principais riscos identificados:

- Atraso na entrega dos produtos;
- Falhas técnicas na execução;
- Rotatividade de equipe;
- Dificuldade de integração com a CCOM.

Mitigação: acompanhamento contínuo, cronograma validado e comunicação direta com o gestor do contrato.

## **17. SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE**

Deverão ser observados princípios de comunicação acessível e inclusiva, com atenção à **linguagem de gênero, acessibilidade digital** e sustentabilidade ambiental na produção de materiais.

## **18. EXIGÊNCIA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL**

**18.1.** Para a adequada execução dos serviços previstos neste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá assegurar a realização de atendimentos presenciais na sede do CRESS/PR, em Curitiba/PR, quando demandado pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

**18.2.** A natureza do objeto — que envolve planejamento estratégico de comunicação, alinhamentos institucionais, acompanhamento de ações, reuniões técnicas e validações presenciais de conteúdos e ações informativas de comunicação institucional — demanda a realização periódica de atividades presenciais, de modo a garantir precisão, celeridade e coerência na execução dos serviços.

**18.3.** A CONTRATADA deverá possuir condições logísticas e operacionais compatíveis com o objeto contratado, que lhe permitam realizar atendimentos presenciais, incluindo, entre outros:

- a) participação em reuniões presenciais;
- b) acompanhamento de atividades institucionais que exijam cobertura comunicacional presencial;
- c) apresentação presencial de produtos, relatórios ou ações informativas de comunicação institucional, quando solicitado;
- d) alinhamentos estratégicos com setores internos do CRESS/PR.

**18.4.** Os custos de deslocamento dentro do município de Curitiba/PR integram a organização operacional da CONTRATADA. Os deslocamentos fora da sede, quando previamente autorizados, observarão as regras de ressarcimento previstas neste Termo de Referência, não configurando despesa automática do contrato.

**18.5.** A exigência de atendimento presencial decorre exclusivamente das características do serviço contratado e não constitui restrição à competitividade, estando alinhada à jurisprudência do Tribunal de Contas da União e aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público.

## **19. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**19.1 Prestação de serviços de comunicação institucional, assessoria de imprensa e gestão de canais institucionais de comunicação do CRESS/PR, compreendendo atividades técnicas de relações com a imprensa, produção de conteúdo informativo e suporte editorial às ações institucionais do Conselho.**

Os serviços descritos neste item possuem natureza de **comunicação institucional e relações com a imprensa**, não compreendendo atividades de publicidade e propaganda, intermediação ou compra de mídia, veiculação de publicidade paga ou execução de campanhas publicitárias, não se aplicando o regime jurídico da Lei nº 12.232/2010.

### 19.1.1 Atividades compreendidas

**19.1.1.1** Participar de reunião semanal da Comissão de Comunicação (CCOM) e reuniões extraordinárias quando convocadas.

**19.1.1.2** Elaboração de projeto de assessoria e apoio ao planejamento da CCOM para publicações nos canais institucionais do Conselho (site, redes sociais, canal de transmissão pelo WhatsApp e boletim informativo Conexão CRESS), bem como para os materiais institucionais definidos pela Comissão.

**19.1.1.3** Assessoria de imprensa junto a veículos de comunicação do Paraná para **divulgação institucional** das ações do CRESS/PR e sugestão de pautas relacionadas ao Serviço Social, incluindo assistentes sociais indicados pelo Conselho como fontes de informação.

**19.1.1.4** Clipagem e monitoramento de notícias dos principais veículos de comunicação de Curitiba, Cascavel e Londrina contendo matérias de interesse da categoria profissional.

**19.1.1.5** Cobertura jornalística e fotográfica de eventos organizados, promovidos ou apoiados pelo CRESS/PR, conforme planejamento da CCOM.

**19.1.1.6** Execução técnica de transmissões ao vivo de eventos institucionais nas plataformas digitais do Conselho (YouTube, Facebook e Instagram).

**19.1.1.7** Apoio na interlocução dos encaminhamentos das Comissões, Comitês, Núcleos e Câmaras Temáticas do Conselho com a CCOM, bem como apoio à divulgação institucional dessas atividades.

**19.1.1.8** Articulação institucional com as assessorias de comunicação do Conjunto CFESS/CRESS e com entidades indicadas pela Comissão de Comunicação.

**19.1.1.9** Sugestão ao CRESS/PR de pautas jornalísticas capazes de despertar o interesse da imprensa sobre temas relacionados ao Serviço Social e à atuação institucional da autarquia.

**19.1.1.10** Levantamento de informações em âmbito estadual e nacional relacionadas a matérias de interesse institucional do CRESS/PR.

**19.1.1.11** Atualização e manutenção do Portal da Transparência do CRESS/PR, no que se refere aos conteúdos institucionais.

**19.1.1.12** Observância e aplicação das diretrizes da Política de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS.

**19.1.1.13** Produção, revisão e publicação de notas, notícias, comunicados e conteúdos institucionais para o site, redes sociais e boletins informativos do Conselho, garantindo linguagem inclusiva, acessibilidade e adequação editorial.

**19.1.1.14** Coordenação editorial da elaboração e diagramação da revista institucional **CRESS em Movimento**.

**19.1.1.15** Gestão dos canais institucionais do CRESS/PR nas plataformas digitais (YouTube e redes sociais), incluindo apresentação de relatórios mensais de desempenho.

**19.1.1.16** Proposição de estratégias de utilização de tecnologias digitais e ferramentas de inteligência artificial para aprimoramento da interação institucional com o público.

**19.1.1.17** Apoio ao planejamento editorial da Comissão de Comunicação para publicações institucionais nos canais oficiais do Conselho.

**19.1.1.18** Elaboração de peças gráficas institucionais para utilização nos canais oficiais do Conselho (site, redes sociais, boletins informativos e materiais institucionais), conforme planejamento aprovado pela CCOM.

**19.1.1.19** Diagramação editorial de materiais institucionais, tais como revistas, relatórios, boletins e documentos institucionais.

**19.1.1.20** Edição de vídeos institucionais para divulgação nos canais digitais do Conselho.

**19.1.1.21** Responsabilidade técnica editorial pelos materiais institucionais produzidos pelo CRESS/PR.

**19.1.1.22** Execução técnica de transmissões on-line de eventos institucionais, como webinários, reuniões do Conselho Pleno e outras atividades institucionais.

**19.1.1.23** Produção de até **04 vídeos institucionais anuais**, com duração aproximada de 5 minutos e resolução HD, destinados à divulgação institucional das atividades do Conselho.

**19.1.1.24** Prestação de assessoria especializada em **gestão de comunicação institucional em situações de crise**, com orientação técnica para prevenção, gerenciamento e mitigação de impactos reputacionais.

## **20. DO RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE DESLOCAMENTO E DA DIÁRIA TÉCNICA**

**20.1.** O ressarcimento de despesas decorrentes de deslocamentos fora da sede do CRESS/PR somente ocorrerá quando **previamente solicitado e expressamente autorizado** pela Administração, não integrando o valor fixo mensal do contrato nem constituindo obrigação automática do CRESS/PR.

**20.2.** O ressarcimento estará condicionado à **efetiva prestação do serviço**, à apresentação de **relatório circunstanciado das atividades realizadas** e de **documentação comprobatória idônea**, sendo vedado qualquer pagamento antecipado.

**20.3.** Poderão ser objeto de ressarcimento, desde que previamente autorizadas e comprovadas:

I – despesas de deslocamento intermunicipal ou interestadual, calculadas com base na **quilometragem efetivamente percorrida** ou no **valor das passagens utilizadas**, conforme o meio de transporte autorizado;

II – **diária técnica eventual do jornalista**, aplicável quando o deslocamento implicar dedicação integral do profissional por período superior a 8 (oito) horas fora da sede;

III – despesas com **hospedagem**, quando necessária à execução do serviço e previamente autorizada;

IV – despesas com **materiais de apoio estritamente necessários** à execução dos serviços presenciais.

**20.4.** A diária técnica do jornalista destina-se a cobrir **despesas operacionais decorrentes da execução externa do serviço**, tais como alimentação, pequenos deslocamentos locais e apoio logístico básico, **não possuindo natureza remuneratória**, nem se confundindo com salário ou vantagem pessoal, não



abrangendo despesas de transporte intermunicipal ou hospedagem, salvo disposição expressa em contrário.

**20.5.** O valor da diária técnica do jornalista **será apresentado pela CONTRATADA quando solicitado pelo CRESS/PR**, devidamente **justificado e embasado em pesquisa de preços de mercado**, observados os princípios da razoabilidade, economicidade e vedação ao sobrepreço ou à inexecutabilidade, **sujeitando-se à análise e à aceitação da Administração..**

**20.6.** A CONTRATADA poderá submeter à Administração, **quando solicitada pelo CRESS/PR**, proposta de readequação do valor da diária técnica, **sem que isso gere direito subjetivo à revisão ou reajuste**. Para fins de análise, controle e eventual revisão do valor da diária técnica, o **CRESS/PR realizará, sempre que entender necessário**, pesquisa de preços de mercado, com **no mínimo 3 (três) fornecedores distintos**, a fim de subsidiar a **aceitação, não aceitação, manutenção, majoração ou redução** do valor praticado, **a critério exclusivo e unilateral da Administração**, observados os princípios da razoabilidade, economicidade e interesse público.

**20.7.** Caso a CONTRATADA apresente, **quando solicitada pelo CRESS/PR**, relatório ou proposta de ajuste dos valores da diária técnica, a Administração procederá à **análise administrativa**, podendo os valores **ser mantidos, majorados ou minorados**, desde que **devidamente justificada** a adequação aos critérios de **razoabilidade, economicidade e compatibilidade com os preços praticados no mercado**, **não se caracterizando, em nenhuma hipótese, reajuste automático ou direito subjetivo da CONTRATADA.**

**20.8.** Eventual necessidade de substituição ou revezamento de profissionais em razão de jornada estendida, descanso ou organização interna **constitui responsabilidade exclusiva da CONTRATADA**, não ensejando acréscimo automático de valores ou pagamento de diárias adicionais.

**20.9.** O ressarcimento das despesas restringe-se exclusivamente aos serviços **previamente solicitados e expressamente autorizados pelo CRESS/PR**, sendo vedado o reembolso de despesas não autorizadas, não comprovadas ou que extrapolem os limites, critérios e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

#### **20.9.1. Condições gerais**

- a) o deslocamento deverá ser **formalmente solicitado e previamente autorizado** pelo CRESS/PR;
- b) o ressarcimento somente ocorrerá **após a efetiva prestação do serviço**;
- c) é **vedado qualquer pagamento antecipado**;
- d) as despesas ressarcidas **não integram o valor fixo do contrato**, nem caracterizam reajuste ou revisão contratual.

#### **20.9.2. Limites financeiros**

- a) o ressarcimento ficará **limitado aos valores médios praticados no mercado**, apurados ou validados pelo CRESS/PR;
- b) despesas que **excedam os parâmetros de mercado** poderão ser **glosadas total ou parcialmente**, a critério da Administração;
- c) não serão ressarcidas despesas de natureza **pessoal, recreativa, supérflua ou desvinculada diretamente da execução do objeto**.



### 20.9.3. Despesas passíveis de ressarcimento

Poderão ser objeto de ressarcimento, desde que previamente autorizadas e devidamente comprovadas:

- I – despesas de **transporte intermunicipal ou interestadual**, calculadas com base na quilometragem efetivamente percorrida ou no valor das passagens utilizadas, conforme meio previamente autorizado;
- II – **diária técnica eventual do jornalista**, quando o deslocamento implicar dedicação integral do profissional fora da sede por período superior a 8 (oito) horas;
- III – despesas com **hospedagem**, quando indispensáveis à execução do serviço e previamente autorizadas;
- IV – despesas com **materiais de apoio estritamente necessários** à execução dos serviços presenciais, vedado o ressarcimento de bens permanentes.

### 20.9.4. Despesas não ressarcíveis

Não serão ressarcidas, entre outras:

- a) despesas relacionadas à **substituição, revezamento, descanso ou organização interna de profissionais**;
- b) custos operacionais ordinários da CONTRATADA;
- c) multas, taxas, juros, encargos financeiros ou penalidades de qualquer natureza;
- d) despesas não diretamente vinculadas à execução do objeto contratado.

### 20.9.5. Critérios de comprovação

O ressarcimento estará condicionado à apresentação, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos:

- I – **relatório circunstanciado** das atividades realizadas;
- II – **planilha discriminada** das despesas, com valores unitários e totais;
- III – **documentos fiscais idôneos**, em nome da CONTRATADA;
- IV – **nota fiscal de prestação de serviços**, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, ciente de que o CRESS/PR realizará as **retenções legais cabíveis**, nos termos da legislação vigente.

### 20.9.6. Análise administrativa

O ressarcimento das despesas ficará **sujeito à análise técnica e administrativa** do CRESS/PR, podendo ser **glosado total ou parcialmente**, caso não sejam atendidos os limites, critérios e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

### 20.10. Após a realização do evento ou atividade externa, a CONTRATADA deverá apresentar:

- I – relatório detalhado dos serviços prestados;
- II – planilha discriminada das despesas, com valores unitários e totais;
- III – documentos fiscais correspondentes;
- IV – **nota fiscal de prestação de serviços**, acompanhada das **certidões de regularidade fiscal**, ciente de que o CRESS/PR efetuará as **retenções legais cabíveis**, nos termos da legislação vigente.

**20.11.** As despesas ressarcidas nos termos desta cláusula **não caracterizam alteração do valor contratual**, não geram direito à revisão automática do contrato e permanecem vinculadas exclusivamente à execução eventual e autorizada dos serviços.

## 21. ESTIMATIVA DE VALOR

Descrição	Qtd.	Periodicidade de	Valor Unitário (R\$) Mensal	Valor Total (R\$)
Prestação de serviços de Assessoria de Comunicação e Imprensa	1 (ano)	Mensal (12)	7.013,63	84.163,67

## 22. ANÁLISE DE RISCOS

Risco	Probabilidade	Impacto	Mitigação
Atraso na entrega dos serviços	Média	Médio	Acompanhamento mensal pela CCOM e aplicação de penalidades contratuais.
Rotatividade da equipe da contratada	Média	Médio	Exigir responsável técnico fixo e comunicação prévia de substituições.
Falhas de comunicação entre contratada e CRESS	Baixa	Médio	Reuniões periódicas de alinhamento e relatórios padronizados.
Inexecução parcial do contrato	Baixa	Alto	Cláusulas de penalidades e acompanhamento técnico contínuo.

## 23. IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação não apresenta impactos ambientais diretos, mas deve observar práticas sustentáveis, como o uso de meios digitais, redução de impressões e inclusão de recursos de acessibilidade.

## 24. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

A avaliação das Propostas Técnicas apresentadas no âmbito desta licitação será realizada por **Comissão Avaliadora designada por Portaria da Presidência do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região/PR**.

A Comissão Avaliadora será composta por servidores e/ou colaboradores com conhecimento técnico compatível com o objeto da contratação, responsáveis pela análise das propostas técnicas e pela atribuição das respectivas pontuações, observando estritamente os critérios objetivos e a metodologia de avaliação definidos no Edital e no Quadro da Proposta Técnica.

A análise das propostas será devidamente **registrada em ata circunstanciada**, contendo as pontuações atribuídas e as respectivas fundamentações, assegurando transparência, motivação e observância aos princípios da administração pública.

## ANEXO II - PESQUISA DE PREÇOS

Fonte: **Compras.gov.br**

Data da pesquisa: **13/11/2025**

Fornecedor (CNPJ)	link de acesso (13/11/2025)	Valor Total Pesquisado (R\$)
52.890.279/0001-20	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/18677625000158/2025/164">https://pncp.gov.br/app/editais/18677625000158/2025/164</a>	41.550,00
52.696.615/0001-06	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/11040870000100/2025/85">https://pncp.gov.br/app/editais/11040870000100/2025/85</a>	49.500,00
42.646.309/0001-01	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/10276327000144/2025/3">https://pncp.gov.br/app/editais/10276327000144/2025/3</a>	107.800,00
41.928.704/0001-06	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/18385120000110/2025/81">https://pncp.gov.br/app/editais/18385120000110/2025/81</a>	61.200,00
41.908.285/0001-40	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/41611856000180/2025/24">https://pncp.gov.br/app/editais/41611856000180/2025/24</a>	184.980,00
58.093.136/0001-73	<a href="https://pncp.gov.br/app/editais/18306688000106/2025/31">https://pncp.gov.br/app/editais/18306688000106/2025/31</a>	59.952,00

### JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Para definição do valor estimado da contratação, foi realizada pesquisa de preços no portal Compras.gov.br, em 13/11/2025, contemplando seis contratações públicas de serviços compatíveis com o objeto pretendido. Os valores identificados variaram entre R\$ 41.550,00 e R\$ 184.980,00, variação esta decorrente de diferenças de escopo, abrangência e modelo de execução contratual.

Considerando a heterogeneidade dos dados e visando preservar a competitividade e a economicidade, adotou-se como referência a **média aritmética dos valores pesquisados**, conforme diretrizes da Instrução Normativa nº 65/2021, aliada à análise crítica do contexto das contratações. Observou-se ampla variação entre os valores coletados, decorrente de diferenças de escopo, abrangência e estrutura contratual dos certames analisados. Ainda assim, optou-se pela manutenção dos valores na base de cálculo, por se tratarem de contratações públicas formalmente válidas, mitigando distorções por meio da análise crítica do resultado médio.

Ressalta-se que o objeto **não pressupõe dedicação exclusiva de profissional**, tampouco demanda presencial contínua ou deslocamentos frequentes, sendo a execução orientada por demanda institucional, conforme histórico do CRESS/PR.

Dessa forma, o valor estimado de **R\$ 84.163,67** mostra-se compatível com o mercado e adequado à realidade operacional da Autarquia, servindo como parâmetro tecnicamente fundamentado para a contratação.

### ANEXO III — MINUTA DE CONTRATO

#### CONTRATO Nº 6/2026

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, ASSESSORIA DE IMPRENSA E GESTÃO DE CANAIS INSTITUCIONAIS DE COMUNICAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS 11ª REGIÃO E A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

O **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS 11ª REGIÃO – PARANÁ**, autarquia pública federal de fiscalização profissional, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.188.490/0001-09, com sede na Rua Monsenhor Celso, nº 154, 13º andar, Centro, Curitiba/PR, neste ato representado por sua Presidência, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica nº 90000/2026**, regendo-se pela **Lei nº 14.133/2021**, pelo edital, pelo Termo de Referência e pelas cláusulas e condições a seguir.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **prestação de serviços de comunicação institucional, assessoria de imprensa e gestão de canais institucionais de comunicação do CRESS/PR**, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Os serviços compreendem, entre outras atividades:

- assessoria de imprensa e relacionamento com veículos de comunicação;
- planejamento e apoio às ações de comunicação institucional;
- produção e revisão de conteúdos institucionais para site, redes sociais e boletins;
- cobertura jornalística e fotográfica de eventos institucionais;
- gestão e atualização de mídias digitais e canais institucionais;
- execução de transmissões on-line de assembleias, eventos e reuniões institucionais;
- elaboração e diagramação de materiais institucionais;
- edição de vídeos institucionais;
- elaboração de relatórios de desempenho das mídias digitais;
- apoio técnico em comunicação institucional e gestão de crises de imagem.

1.3. Os serviços possuem natureza de **comunicação institucional e relações com a imprensa**, não compreendendo atividades de publicidade e propaganda, intermediação ou compra de mídia, veiculação de publicidade paga ou execução de campanhas publicitárias.

1.4. O detalhamento completo das atividades consta no **Termo de Referência**, parte integrante deste contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA — DO FUNDAMENTO LEGAL**

2.1. O presente contrato decorre da **Concorrência Eletrônica nº 90000/2026**, regida pela Lei nº 14.133/2021, pelo edital, pelo Termo de Referência e pela proposta vencedora.

## **CLÁUSULA TERCEIRA — DA VIGÊNCIA**

3.1. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura.

3.2. A vigência poderá ser prorrogada nos termos do **art. 107 da Lei nº 14.133/2021**, mediante justificativa da Administração.

## **CLÁUSULA QUARTA — DO VALOR E DO PAGAMENTO**

4.1. O valor global do contrato é de **R\$ XX.XXX,XX**, correspondente a **12 parcelas mensais de R\$ X.XXX,XX**.

4.2. O pagamento será realizado mensalmente mediante apresentação de:

- nota fiscal;
- certidões negativas de débitos atualizadas (federal, estadual, municipal, FGTS e trabalhista);
- relatório mensal das atividades executadas;
- atesto da execução dos serviços pelo fiscal do contrato.

4.3. A despesa correrá à conta da dotação orçamentária prevista no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA QUINTA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA deverá:

- a) executar integralmente os serviços previstos no Termo de Referência;
- b) cumprir os prazos e orientações da Comissão de Comunicação;
- c) assegurar equipe técnica qualificada;
- d) disponibilizar equipe presencial quando solicitado;



- e) manter sigilo das informações institucionais;
- f) observar linguagem inclusiva e diretrizes da Política de Comunicação do CFESS/CRESS;
- g) garantir acessibilidade digital nos conteúdos produzidos;
- h) responder por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros;
- i) manter regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução contratual;
- j) indicar **preposto responsável pela execução contratual**, conforme previsto neste contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA — DO PREPOSTO DA CONTRATADA**

6.1. A CONTRATADA deverá indicar formalmente **preposto responsável pela interlocução com o CONTRATANTE**, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** contados da assinatura do contrato.

6.2. Compete ao preposto:

- I – acompanhar a execução dos serviços;
- II – receber e cumprir as determinações da fiscalização;
- III – prestar esclarecimentos e adotar providências necessárias ao cumprimento do contrato.

6.3. O preposto deverá manter disponibilidade para reuniões presenciais ou virtuais sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA SÉTIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O CONTRATANTE deverá:

- a) fornecer informações necessárias à execução dos serviços;
- b) permitir acesso às plataformas institucionais quando necessário;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- d) efetuar os pagamentos devidos.

## **CLÁUSULA OITAVA — DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por **servidor designado por meio de Portaria da Presidência do CRESS/PR**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. A portaria poderá designar **gestor e fiscal do contrato**, bem como seus substitutos.

8.3. Compete ao fiscal:

- acompanhar a execução dos serviços;
- registrar ocorrências contratuais;

- atestar a execução para fins de pagamento.

8.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA NONA — DO ATENDIMENTO PRESENCIAL**

9.1. Os serviços serão prestados prioritariamente de forma remota.

9.2. O atendimento presencial poderá ocorrer de forma eventual mediante solicitação do CONTRATANTE.

9.3. Deslocamentos previamente autorizados poderão ser ressarcidos conforme critérios definidos no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA — DAS PENALIDADES**

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato poderão ser aplicadas as penalidades previstas na **Lei nº 14.133/2021**, incluindo:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade.

10.2. O prazo para recolhimento de multa será de **10 (dez) dias úteis**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA RESCISÃO**

11.1. A rescisão contratual observará o disposto nos **arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Integram este contrato:

- edital da Concorrência nº 90000/2026;
- Termo de Referência;
- proposta vencedora;
- demais anexos do processo.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos conforme legislação aplicável.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DO FORO

13.1. Fica eleito o **Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Paraná**, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**CRESS 11ª Região – Paraná**  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**Empresa**  
CONTRATADA

## ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90000/2026  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90000/2026

Razão Social da Proponente: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vossa Senhoria nossa **proposta de preços para a prestação de serviços de comunicação institucional, assessoria de imprensa e gestão de canais institucionais de comunicação do CRESS/PR**, conforme especificações constantes no Edital e no Termo de Referência da Concorrência Eletrônica nº 90000/2026.

### PROPOSTA DE PREÇO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Mensal	Valor Total
1	Prestação de serviços de comunicação institucional, assessoria de imprensa e gestão de canais institucionais de comunicação do CRESS/PR, conforme Termo de Referência	Serviço	12 meses	R\$ _____	R\$ _____

Valor mensal da proposta: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Valor global da proposta (12 meses):

R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Declaramos que:

- nos valores apresentados estão incluídos **todos os custos diretos e indiretos**, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros necessários à execução do objeto;
- temos pleno conhecimento das condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- concordamos integralmente com as disposições do instrumento convocatório.

**Prazo de vigência contratual:** 12 (doze) meses, conforme edital.

**Prazo de validade da proposta:** 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas.

Declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da **Lei nº 14.133/2021**, bem como às cláusulas e condições do edital da Concorrência Eletrônica nº 90000/2026.

Local e data.

**Nome do representante legal**

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

*(Papel timbrado da empresa)*



**ANEXO V – QUADRO DA PROPOSTA TÉCNICA**

**EDITAL Nº 90000/2026**

**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA – TIPO TÉCNICA E PREÇO**

**MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA**

**Licitante:** \_\_\_\_\_

**CNPJ (MF):** \_\_\_\_\_

**Relação de sócios, associados e/ou empregados que serão utilizados na prestação dos serviços objeto deste edital:**

- Nome: \_\_\_\_\_
- Nome: \_\_\_\_\_
- Nome: \_\_\_\_\_
- Nome: \_\_\_\_\_

**Identificação de apenas um profissional que será utilizado para fins de pontuação técnica e que assumirá a responsabilidade técnica do contrato:**

- Nome: \_\_\_\_\_

**Avaliação da Proposta Técnica**

As Propostas Técnicas serão avaliadas por meio de pontuação, no intervalo de **0 (zero) a 100 (cem) pontos**, e posteriormente **convertidas para o peso equivalente a 60% (sessenta por cento)** da nota final, conforme critérios abaixo:

ITEM	REQUISITOS
A	Apresentação de atestados de capacidade técnica comprovando a execução de serviços similares ao objeto licitado
B	Apresentação de repertório de trabalhos de comunicação/jornalismo que apresentem a licitante como responsável (no expediente), em vias digitais e/ou impressas
C	Formação profissional e experiência do responsável técnico indicado

**TOTAL MÁXIMO: 100 (cem) pontos**

**CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO TÉCNICA**

**A) Atestados de Capacidade Técnica**

Pontuação máxima: **30 pontos**

Requisito	Pontos
01 atestado	10
02 atestados	20
03 ou mais atestados	30

**B) Repertório de Trabalhos de Comunicação/Jornalismo**

Pontuação máxima: **30 pontos**

Requisito	Pontos
Até 5 edições, de pelo menos 2 publicações diferentes	10
6 ou mais edições, de pelo menos 3 publicações diferentes	20
6 ou mais edições, de pelo menos 4 publicações diferentes	30

**C) Formação e Experiência do Responsável Técnico**

Pontuação máxima: **40 pontos**

Requisito	Pontos
Profissional com mais de 2 e menos de 5 anos de experiência	20
Profissional com mais de 5 anos de experiência	40

**Local e data:** \_\_\_\_\_

**Assinatura do representante legal**

## ANEXO VI - CRITÉRIO DE JULGAMENTO – TÉCNICA E PREÇO

### 12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

#### 12.1. Do Julgamento por Técnica e Preço

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **TÉCNICA E PREÇO**, nos termos do art. 36 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza técnica, intelectual e estratégica do objeto.

#### 12.2. Ponderação

O julgamento das propostas observará a seguinte ponderação:

- **Proposta Técnica:** 60% (sessenta por cento)
- **Proposta de Preço:** 40% (quarenta por cento)

**Pontuação total máxima:** 100 (cem) pontos.

#### 12.3. Avaliação da Proposta Técnica (60 pontos)

A Proposta Técnica será avaliada com base nos critérios e pontuações constantes do **ANEXO V – Quadro da Proposta Técnica**, observando-se:

- Pontuação técnica máxima bruta: **100 pontos**
- Conversão proporcional para o peso máximo de **60 pontos**

#### 12.4. Avaliação da Proposta de Preço (40 pontos)

A pontuação da proposta de preço será obtida mediante a seguinte fórmula:

$$\text{Nota do Preço} = (\text{Menor Preço} / \text{Preço da Proposta}) \times 40$$

#### 12.5. Da Classificação Final

A nota final de cada licitante corresponderá à soma da pontuação obtida na proposta técnica e na proposta de preço, sendo declarada vencedora a licitante que obtiver a **maior pontuação final**.

**ANEXO VII - DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE CELEBRAÇÃO DO  
CONTRATO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90000/2026  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90000/2026

**1. DADOS DA EMPRESA PROPONENTE**

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_

Inscrição Municipal/ISS (Alvará): \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

Conta Corrente: \_\_\_\_\_

**2. REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

RG nº \_\_\_\_\_ Órgão emissor \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Celular: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

### 3. PREPOSTO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Celular: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

### 4. ORDEM DE SERVIÇO

E-mail para recebimento das ordens de serviço:

\_\_\_\_\_

Responsável pelo recebimento das ordens de serviço:

Declaramos que as informações acima são verdadeiras e que o representante indicado possui poderes para assinatura do contrato decorrente da **Concorrência Eletrônica nº 90000/2026**.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome do Representante Legal

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

*(Papel timbrado da empresa)*